

INFORMATIVO TRT2

Atos normativos da semana



N. 22

Período: 5 a 9 jun. 2023



Portaria n. 378/PR, de 30 de maio de 2023

Transforma 2 (duas) Funções Comissionadas de Auxiliar Administrativo I, FC-01, vagas n. 754 e 1023, em 1 (uma) Função Comissionada de Auxiliar Administrativo IV, FC-04.

Portaria n. 32/GP, de 1º de junho de 2023

Nomeia integrante do Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade (CPLS), na forma que especifica.

Portaria n. 33/GP, de 5 de junho de 2023

Altera a Portaria n. 31/GP, de 25 de maio de 2023, que estabelece prazos excepcionais, no exercício de 2023, para os benefícios Plano de Saúde e Auxílio-Saúde (pago em pecúnia), no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região e dá outras providências.

Portaria n. 25/DGA, de 2 de junho de 2023

Designa servidores para atuarem como Gestores e Fiscais dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Resolução n. 3/GP.CR, de 2 de junho de 2023

Altera a Resolução n. 5/GP. CR, de 14 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a convocação de Juízes(as) do Trabalho Substitutos(a) de 1º grau de jurisdição para atuar nas Varas do Trabalho da 2. Região da Justiça do Trabalho, na forma que especifica.

Ato n. 45/GP, de 1º de junho de 2023

Institui o Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade (CPLS) no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, e dá outras providências.

Portaria n. 34/GP, de 5 de junho de 2023

Altera a Portaria n. 17/GP, de 13 de abril de 2023, para alterar a designação de servidores(as), na forma que especifica.

CNJ

Resolução n. 502/CNJ, de 29 de maio de 2023

Altera a Resolução n. 72/CNJ, de 31 de março de 2009, que dispõe sobre a convocação de juízes de primeiro grau para substituição e auxílio no âmbito dos Tribunais estaduais e federais, e a Resolução n. 293/CNJ, de 27 de agosto de 2019, que dispõe sobre as férias da magistratura nacional, para prever a possibilidade de convocação de juízes de primeiro grau para auxílio nos Tribunais para afastamento para fruição de férias por período igual ou superior a 20 (vinte) dias ou licença por motivos de saúde em período inferior a 30 (trinta) dias.

Resolução n. 503/CNJ, de 29 de maio de 2023

Altera a Resolução n. 343/CNJ, de 9 de setembro de 2020, que institui condições especiais de trabalho para magistrados(as) e servidores(as) com

Resolução n. 504/CNJ, de 29 de maio de 2023

Altera a Resolução n. 490/CNJ, de 8 de março de 2023, que institui o Fórum Nacional do Poder Judiciário para a Equidade Racial (Fonaer), destinado a elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento do sistema judicial quanto ao tema.

ENAMAT

Resolução n. 32/ENAMAT, de 5 de junho de 2023

Altera a Resolução n. 28/ENAMAT, de 28 de setembro de 2022, que revisa, atualiza, sistematiza e consolida Resoluções da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat).

Portaria n. 2/ENAMAT, de 1º de junho de 2023

Encaminha elogios aos magistrados, magistradas, servidores e servidoras relacionados, em razão dos inestimáveis esforços empregados no Grupo de Trabalho com objetivo de

Ministério da Fazenda

Portaria Normativa n. 500/MF, de 2 de junho de 2023

Regulamenta os prazos de validade da verificação do cumprimento de limites e de condições de que trata o § 6º do art. 32 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000; regulamenta o disposto no art. 10 da Lei

Complementar n. 148, de 25 de novembro de 2014, por meio do estabelecimento de critérios para a verificação de limites e condições de que trata o art. 32 da Lei Complementar n. 101, de 2000, e, consoante os arts. 21 a 25 da

Resolução do Senado Federal n. 43, de 21 de dezembro 2001, os procedimentos para

verificação do cumprimento de limites e de condições para a contratação de operações de crédito de que tratam os incisos I a VI do art. 11 da Lei Complementar n. 159, de 19 de maio de 2017; e regulamenta os procedimentos para as

deficiência, necessidades especiais ou doença grave ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes nessa mesma condição e dá outras providências.

Resolução n. 505/CNJ, de 5 de junho de 2023

Altera a Resolução n. 13/CNJ, de 21 de março de 2006, que dispõe sobre a aplicação do teto remuneratório constitucional e do subsídio mensal dos membros da magistratura.

fazer diagnóstico acerca dos sistemas informatizados disponíveis para formação profissional de magistrados e servidores no âmbito da Justiça do Trabalho.

renegociações de dívidas a serem realizadas nos termos da Lei Complementar n. 156, de 28 de dezembro de 2016.

Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Edifício Sede - Rua da Consolação n. 1272 - 2º andar
CEP 01302-906 - São Paulo - SP
Tel: (11) 3150-2359

Elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental



Basis TRT2

Revista do Tribunal